

Resenha do artigo intitulado “A aposentadoria especial do servidor público e suas polêmicas”¹

Review of the article entitled “The special retirement of public servants and its controversies”

João Pedro Moreira Cabral²

 <https://orcid.org/0009-0001-7277-9346>

 <http://lattes.cnpq.br/0417000213409986>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: j.pedro.cabral@hotmail.com

Vitor Mello de Andrade³

 <https://orcid.org/0009-0004-5869-9173>

 <https://lattes.cnpq.br/2666895414299416>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: vitorxmello@gmail.com

Jhonathan Andrade da Costa⁴

 <https://orcid.org/0009-0007-4448-7374>

 <http://lattes.cnpq.br/9437226655371132>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: jamapy2004@hotmail.com

Eduardo Moreira do Nascimento⁵

 <https://orcid.org/0009-0006-5505-0410>

 <http://lattes.cnpq.br/7043293792533526>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: edumorr90@outlook.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A aposentadoria especial do servidor público e suas polêmicas”. O artigo é de autoria de Lourivânia Soares de Lacerda. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Vol. X, edição n. 39, jul.-dez., 2019.

Palavras-chave: Aposentadoria Especial. Servidores Públicos. Problema Legal.

Abstract

This is a review of the article entitled “The special retirement of public servants and its controversies.” This article is authored by: Lourivânia Soares de Lacerda. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros,” in Vol. X, edition no. 39, Jul.-Dec., 2019.

Keywords: Special Retirement. Public Servants. Legal Problem.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Róberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

⁴ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

⁵ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A aposentadoria especial do servidor público e suas polêmicas”. O artigo é de autoria de Lourivânia Soares de Lacerda. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano X, Vol.X, n.º 39, jul-dez., 2019.

Conheçamos um pouco sobre o currículo da autora. Grande parte do que integra a formação de um autor contribui para a reflexão dos temas que se propõe a escrever. Assim, façamos uma breve recapitulação de sua trajetória.

O artigo foi escrito por Lourivânia Soares de Lacerda. Ela possui graduação em Direito, e especialização em Direito Público e Direito Previdenciário. Tem experiência em Advocacia Previdenciária. Possui certificação no Curso de Estratégias de Ensino e Aprendizagem: métodos ativos de aprendizagem. Atualmente é coordenadora dos Cursos de Secretariado, e de Serviços Jurídicos e Cartoriais do UniProcessus. Currículo *Lattes* disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>.

O artigo foi dividido nos seguintes capítulos: Resumo, *Palavras-chave*, *Abstract*, *Keywords*, 1. Introdução, 2. Aposentadoria Especial: Origem e Evolução, 2.1. A Aposentadoria Especial para os Segurados ao Regime Próprio de Previdência Social e suas polêmicas, 3. Considerações Finais e Referências.

O tema abordado no artigo é: “A aposentadoria especial do servidor público e suas polêmicas”. Discutiu o seguinte problema: “Como lidar com a celeuma acerca da aposentadoria especial dos servidores públicos?” O artigo partiu da seguinte hipótese: “Ocorreu, ao longo do tempo, uma sucessão legislativa acerca do tema com a ideia de trazer uma segurança jurídica”.

Neste artigo, o objetivo geral foi: “abordar as várias alterações legais que ocorreram, ao longo do tempo, em função de estabilizar as questões relacionadas com a aposentadoria especial”. O objetivo específico foi: “mostrar como a Súmula 33 (STF, 2014) foi a única maneira de evitar que muitos mandados de injunção continuassem a ser impetrados”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “A Constituição Federal garantiu ao servidor público o direito de aposentadoria especial, deixando, contudo, ao encargo de Lei Complementar a regulamentação desta matéria, sendo que até o presente momento não ocorreu a criação de tal lei, o que gerou várias dúvidas sobre a aplicabilidade da norma programática prevista na nossa Constituição”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa feita no artigo aqui analisado foi construída a partir da ponderação e da interação entre livros, artigos e leis pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro e seu vínculo com a aposentadoria especial dos servidores públicos.

Lacerda, com muita objetividade, destaca que um dos benefícios previdenciários de maior complexidade é a aposentadoria especial. Ela evidencia que a Lei nº. 3.807/60 (BRASIL, 1960) foi a primeira a prever a Aposentadoria Especial destinada ao segurado que atendesse a determinados requisitos e, ao longo do tempo, houve mudanças na legislação promovidas pelo Ministério da Previdência Social e do Trabalho.

Conforme categoricamente evidenciado por Lourivânia, servidores titulares que ocupam cargos efetivos na União, Estados, Distrito Federal e

Municípios têm a possibilidade de aposentar de forma especial assegurada pela Carta Magna (BRASIL, 1988), contudo a lei complementar ainda não editada seria necessária para que essa garantia fosse efetivada.

A autora, de forma precisa e embasada, destaca que a ausência de uma lei complementar não deveria acarretar prejuízos aos servidores públicos, e que, nesse sentido, o STF adotou o entendimento de que enquanto essa lei complementar não for editada, os servidores têm direito a uma aposentadoria especial, conforme previsto no Regime Geral de Previdência Social.

Lacerda faz uma importante observação quando diz que após a súmula vinculante 33 (STF, 2014) ser instituída pelo STF, o mantimento de ambientes de trabalho insalubres passou a ser desestimulado pelas novas regras. A autora observa que para preservar as regras atuais não há a necessidade de instituir uma nova lei.

Lourivânia, de maneira eficiente, esclarece que os trabalhadores que integram a iniciativa privada têm direito a esse tipo de aposentadoria, bem como a uma conversão do tempo especial. Ela salienta que a contagem de tempo de serviço, sem que se tenha o efetivo exercício, ou o equivalente recolhimento da contribuição social, é considerada fictícia.

Posto isso, a autora finaliza com a notável observação de que a edição da Súmula 33 do STF (STF, 2014) foi a única maneira de impedir que mais mandados de injunção fossem impetrados, e de garantir aos servidores públicos o mínimo de segurança jurídica nas decisões judiciais acerca da aposentadoria especial.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 3.807**, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2,

n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LACERDA, Lourivânia Soares de. A aposentadoria especial do servidor público e suas polêmicas. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Vol. X, n. 39, jul.-dez., 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/106>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº. 33**, de 9 de abril de 2014. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula784/false>. Acesso em: 16 abr. 2023.